UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

OSVALDO SIDNEY LUZ SACRAMENTO

O COMÉRCIO INTERNACIONAL, A BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL E O PLANO REAL: ANÁLISE E ENTRE 1994 E 1998

SALVADOR

1999

OSVALDO SIDNEY LUZ SACRAMENTO

O COMÉRCIO INTERNACIONAL,A BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL E O PLANO REAL: ANÁLISE ENTRE 1994 E 1998

Trabalho de conclusão de curso apresentada no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Paulo Raimundo de Almeida Brito

SALVADOR

1999

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças quando mais necessitei, a meu pai, o meu ídolo sempre presente, a minha mãe, companheira de todas as horas, a minha adorável tia, aos meus queridos padrinhos, madrinha, avós, primos, namorada e colegas.

Ao meu orientador, pela transmissão do conhecimento, pela paciência e compreensão, além da sempre disposição em me atender quando precisei.

Aos meus amigos (Alex, Geovana, Marcos Glidson, José Costa, Jackson, Ítalo, Edson, Mateus, Jurismar, Jefferson, Luiz Fernando, Paulo Stênio, Paulo Adriano, Arivaldo, Arinaldo, Ailton, Gerard, Karbela, Gáspari, Giovanni, João Gonzaga, Sílvio, Maurício, Fábio Riella) os quais de alguma forma, foram bastante significativos dentro do processo, seja com amizade, incentivos, carinho dentre outros.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é estabelecer uma análise entre o Plano Real e a Balança Comercial brasileira. A monografia é composta de três capítulos além de introdução e conclusão, esta em função a abordagem dos fatos expostos.

Dar-se-á uma ênfase histórica ao trabalho para que, a partir da sua compreensão, possa-se chegar aos aspectos conjunturais da economia brasileira, principalmente, no que tange aos objetos de estudo (Plano Real e Balança Comercial).

Sendo assim, espera-se que o trabalho consiga atingir o seu objetivo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....8

2 O COMÉRCIO INTERNACIONAL 11

2.1 A BALANÇA COMERCIAL.....11

2.2 UMA SÍNTESE HISTÓRICA.....12

2.3 OS PARADIGAMAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....15

3 O BRASIL E O COMÉRCIO EXTERIOR.....20

3.1 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASILEIRO.....20

3.1.1 Contexto Histórico.....20

3.1.2 O Comércio Exterior do Brasil após 1974.....26

3.2 ÓRGÃOS QUE ATUAM NO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL.....27

3.2.1 O Conselho Monetário Nacional.....27

3.2.2 O Banco Central do Brasil.....27

3.2.3 Sisbacem.....28

3.2.4 Siscomex.....28

3.3 A ECONOMIA BRASILEIRA DENTRO DO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO.....29

3.3.1 O Fenômeno da Globalização.....29

3.3.2 A Economia Brasileira e a Globalização.....30

4 O PLANO REAL E A BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL.....32

4.1 A IMPLANTAÇÃO 32

4.2 MODELO EXPLICATIVO 33

4.3 ADMINISTRAÇÃO 35

4.3.1 A Taxa de Juros e o Real.....35

4.3.2 A Taxa de Câmbio e o Real.....36

4.4 IMPACTOS 37

4.4.1 Balanço de Pagamentos.....37

4.4.2 O Desempenho da Balança Comercial do Brasil......38

4.5 INCERTEZAS E IMPASSES.....40

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....44

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....46

ANEXOS.....49

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 Composição Relativa das Exportações Brasileiras no período (%).....21

TABELA 2 Evolução do Comércio Externo Brasileiro no período USS 1.000 FOB.....25

TABELA 3 Balança Comercial no início do Plano Real.....37

TABELA 4 Principais Indicadores Econômicos antes e depois do Plano Real.....41

1 INTRODUÇÃO

Como já foi dito, esse trabalho tem como objetivo analisar de que forma o atual programa de estabilização econômica, sob a forma do Plano Real, influi no desempenho da balança comercial do Brasil e, também, as implicações que o comportamento da mesma podem trazer para a sustentabilidade da política econômica vigente.

O estudo se baseará na análise do Plano Real, desde a sua implementação até então, evidenciando de que modo seus instrumentos econômicos de sustentação como taxa de câmbio e taxa de juros, exercem influência sobre o saldo das exportações e importações brasileiras a partir da sua vigência e enfatizando a postura do governo brasileiro frente aos resultados da balança comercial.

No ano de 1994, a economia brasileira passou por grandes transformações decorrentes da implantação do Plano de Estabilização Econômica, o Plano Real, o qual foi lançado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Até então, a economia brasileira se caracterizava, principalmente, por possuir altos índices inflacionários e um elevado déficit público.

Desde o início do Plano Real, observa -se a sobrevalorização da taxa de câmbio do Brasil. A curto prazo, os resultados oriundos dessa sobrevalorização são positivos tais como atender o aquecimento da demanda interna que, mais do que nunca, era estimulada a consumir pela estabilidade de preços e aumento da renda. Porém, se esta análise for estendida a longo prazo os resultados negativos da balança comercial seriam manifestados, pois com o notável aumento do consumo, as importações tenderiam a subir a todo vapor e assim, pressionando a balança comercial para o déficit . Não deixando de considerar que, com o câmbio valorizado, o produto nacional exportável perde a competitividade no mercado mundial, pois também fica valorizado.

Como já foi analisado anteriormente, o Plano Real foi determinante para que houvesse um aumento da demanda em função de um cenário de estabilidade econômica e elevação da renda decorrente da acentuada redução do imposto inflacionário. O imposto inflacionário refere -se às perdas monetárias ocorridas em função da retenção de dinheiro em um

ambiente inflacionário . Como a economia já não possuia mais altos índices de inflação a população deixava de arcar com esse imposto e o governo deixava de ganhar essa receita.

Sobre essa nova ótica econômica, ocorreu o processo da inversão da tendência superavitária da balança comercial brasileira que remanescia desde a década de 1980. O processo caracterizado pelo ganho de renda em função da redução das taxas de inflação, combinado com a estabilidade de preços e com a situação cambial favorável contribui para um excessivo aumento das importações, culminando com o déficit da balança comercial.

No caso do Brasil, após o fenômeno da inversão da tendência balança comercial, este passou a apresentar déficits constantes em conta corrente. Esse déficit deve ser financiado pela entrada de capital estrangeiro no páis através, principalmente, de investimentos diretos, pela garantia que os mesmos oferecem, no intuito de proteger e ampliar as reservas. Para atrair esse capital estrangeiro, o país deve manter uma taxa de juros bastante elevada.

A sustentabilidade do Plano Real requer que a política econômica seja capaz de atingir quatro elementos fundamentais : manter sobre controle a taxa de inflação, atenuar a relação dívida pública/PIB, manter as reservas internacionais em um patamar seguro além de reduzir o déficit em conta corrente. Esses fatores devem ser atingidos concomitantemente .

No que tange ao déficit de transações correntes, o qual é o mais específico objeto da análise, O governo pode tomar medidas de combate através da desvalorização cambial e/ou através da contenção do consumo .

Para efeito de demonstração da inversão da tendência da balança comercial do Brasil passando de superavitária a deficitária em função da política de estabilização, expôem-se alguns números que revelam essa inversão. No primeiro semestre de 1994, antes da vigoração do plano, o saldo da balança comercial do Brasil correspondia a um superávit de 6.777 bilhões de dólares. Já no segundo semestre do mesmo ano, já com o plano em vigor, esse saldo cai para 3.689 bi e no primeiro semestre de 1995, a balança comercial registra um déficit de 4.267 bi, manifestando os efeitos do Plano Real.

Sendo assim, pretende-se fazer um trabalho com análise e perspectivas em relação ao Plano Real e também à balança comercial do Brasil evidenciando suas inter-relações. O estudo será bastante aprofundado e minunscioso com ênfase, também na parte histórica, pois esta é considerada de suma importância para a compreensão dos fenômenos conjunturais que se deseja abordar.

Espera-se então, quais as medidas que serão tomadas no que tange à diminuição dos déficits que a balança comercial vem acumulando nos últimos dois anos sem que essas medidas venham a comprometer o plano de estabilização vigente a curto prazo, pois a longo prazo, esse comportamento negativo da balança comercial também pode vir a comprometer o mesmo.

É sobre essa dicotomia que o trabalho será baseado, pois o comportamento da balança comercial é um assunto que está em evidencia em função da ampla representatividade que a mesma exerce para a economia do país.

2 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1 A BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial de um país, em um conceito amplo, corresponde à relação do seu volume de exportações, com o seu volume de importações. Quando o valor das exportações de um país excede o valor de sua importações em um mesmo período, diz – se que o país possui um superávit na sua balança comercial e possui crédito em relação ao resto do mundo, porém se ocorrer a situação em que as importações superem as exportações, diz – se que o mesmo possui um déficit na sua balança comercial e, consequentemente, está em dívida com o resto do mundo.

Em um âmbito geral, pode-se citar alguns fatores que incidem sobre o comportamento da balança comercial e, assim, determinam um déficit ou superávit, e, dentre estes, destacam – se : a evolução dos preços dos produtos exportáveis e importáveis, além da evolução dos volumes de exportações e importações. Qualquer desequilíbrio em algum destes fatores pode causar um déficit na balança comercial

A balança comercial, junto com a balança de serviços e a balança de capitais, compõem o balanço de pagamentos de um país, o qual registra todas as transações econômicas feitas pelo mesmo em um dado tempo. A relação existente entre a balança comercial e o balanço de pagamentos é de suma importância e será abordado com detalhes posteriormente.

Com a expansão ultramarina ocorrida em meados do século XIV, o comércio internacional se intensificou, pois as relações comerciais internacionais foram facilitadas à medida em que o fator distância começava a ser superado com o transporte e escoamento da produção dos países possibilitados através das vias marítimas, e sendo assim, a balança comercial já era de suma importância para analisar a situação do país dentro do contexto do comércio internacional, se era deficitário ou superavitário. Dessa forma, faz-se necessário uma abordagem histórica do comércio internacional e seus respectivos esquemas monetários para a compreensão do significado da balança comercial dentro do mesmo.

2.2 UMA SÍNTESE HISTÓRICA

O comércio internacional corresponde ao intercâmbio de bens e serviços entre países. Como foi dito, as relações comerciais tiveram seu primeiro grande impulso com a utilização das vias marítimas pioneiramente utilizada pelos fenícios. Nessa época os grandes centros comerciais eram as cidades de Tiro e Sidom sob predomínio fenício e Atenas sob predomínio grego.

A partir do Império Romano, a base econômica se caracterizava pela troca de produtos realizada entre as regiões banhadas pelo mar mediterrâneo. Com a queda do Império Romano o centro comercial vai se deslocando paulatinamente para o mediterrâneo oriental que se constituirá em um importante entreposto comercial entre a Europa e a Ásia.

No período das cruzadas, Gênova e Veneza começam a despontar como os centros comerciais mais importantes, além de haver, concomitantemente, a organização de algumas cidades da Alemanha e dos chamados países baixos para a formação da Liga Hanseática, a qual consistia em um fator que negociava a entrada facilitada das mercadorias produzidas nessas cidades em outros países. Com a queda de Constantinopla em 1453 para o domínio do Império Otomano, as correntes comerciais entre a Europa e a Ásia são interrompidas e novas rotas marítimas serão descobertas pelos europeus e pioneiramente exploradas por Espanha e Portugal .

Em conseqüência disso, o comércio sairá do mediterrâneo e se deslocará para os oceanos, e assim iniciando uma nova fase do comércio com um caráter mais abrangente no que tange à sua internacionalização. Vale ressaltar que nesta época também ocorreu o aparecimento dos Estados Nacionais da Europa, tal fato que também contribuiu para a internacionalização do comércio, pois o estabelecimento de fronteiras implicou no surgimento de barreiras ao fluxo de mercadorias, o qual seria, a partir de então, fiscalizado e regulamentado de acordo com políticas comerciais próprias de cada nação que vieram a vigorar.

O pioneirismo de Espanha e Portugal na tentativa de exploração das novas rotas de comércio seria recompensado com a descoberta de novas terras, como a América, e assim, incrementando ainda mais o tráfico internacional de mercadorias.

O princípio do Mercantilismo foi a primeira doutrina a definir um tipo de política comercial para os Estados Nacionais. Tal doutrina vigoraria na Europa no período entre os séculos XVI e XVIII. O Mercantilismo tinha como meta principal à política comercial, o acúmulo de metais preciosos, como ouro e prata e a intervenção estatal para servir de sustentação para essa política, pois de acordo com o seu princípio, a riqueza de um país era mensurada em função da quantidade de metais preciosos que possuísse. Desse modo, a política comercial deveria ser praticada de tal forma que estimulasse as exportações e restringisse as importações, pois, desse modo, se tenderia à maior acumulação de metais preciosos possível acordando com o princípio mercantilista.

A partir da primeira Revolução Industrial, ocorrida ao fim do século XVIII, a doutrina mercantilista iria perder espaço para o paradigma do livre cambismo. Esse paradigma pregava o livre comércio entre os países com a mínima interferência governamental possível. A Inglaterra, que nessa época, se encontrava em uma situação privilegiada no que tange a industrialização, foi a principal defensora do livre comércio, haja vista que as suas mercadorias podiam competir vantajosamente com as demais. Esta política viabilizaria a especialização internacional e propiciaria o acirramento da concorrência, permitindo a ampliação dos mercados.

Embora amplamente influente e determinante no século XIX, o livre cambismo passaria a ser severamente criticado pois este sistema só favorecia as nações industrializadas, além de contribuir incisivamente para o não desenvolvimento industrial de outras nações. Sendo assim, em oposição ao livre cambismo, surgiu a doutrina do protecionismo alfandegário. O protecionismo, por sua vez, se baseava na premissa de que era necessário a introdução de barreiras alfandegárias contra a importação de mercadorias, no intuito de proteger e preservar a indústria do país de origem.

Alemanha e os E.U.A foram os primeiros países a adotarem o princípio do protecionismo, principalmente pelo fato de que, estes países, disputavam mercados consumidores de produtos industrializados e fornecedores de matérias-primas com a Inglaterra. Posteriormente, a maioria dos países viria a adotar este princípio.

Em função da “febre” industrial ocorrida neste período, as nações, principalmente as desenvolvidas, necessitariam de mercados consumidores para escoar suas numerosas produções industriais e que também pudessem fornecer a preços módicos, matérias-primas fundamentais ao processo industrial. Isso gerou uma acirrada disputa por esses mercados, o que iria culminar com a Primeira Guerra Mundial .

Durante o período da guerra, o comércio internacional viria a se desorganizar em função do bloqueio das linhas industriais de numerosos países produtores de matérias-primas (Sandroni,1994) . Esses países, por sua vez, aproveitaram a oportunidade para iniciar os seus respectivos processos industriais.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, constatou-se uma enorme tendência à intervenção governamental nos países, no sentido de reorganizar a ordem do comércio no âmbito mundial, porém em função da crise econômica de 1929, a qual será tratada posteriormente, as tentativas de soerguimento do comércio internacional não obtiveram êxito.

Posteriormente, iniciou-se um processo de disseminação da indústria em diversos países como: Alemanha, Japão... o qual passou a representar uma ameaça ao monopólio mundial exercido pelas grandes potências e determinou uma nova retração do comércio internacional. Desse modo, a disputa por mercados consumidores entre as nações industrializadas, ocasionou a segunda guerra mundial, e após o seu término, houve uma nova partilha dos mercados entre os países vitoriosos.

No período pós segunda guerra mundial, houve uma nova tentativa de reestabelecimento do intercâmbio comercial através do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), o qual possuia como objetivo principal a redução concomitante das barreiras tarifárias, através de medidas, entre os países para a viabilização de uma nova ordem do comércio internacional. Embora o teor desse acordo possua indícios do livre cambismo, a expansão do comércio internacional nesse período, ocorreu sob uma atuante intervenção governamental.(Sandroni, 1994) .

Nos meados da década de setenta, uma nova tendência protecionista viria a surgir, em função de uma nova crise econômica mundial, evidenciada pelo aumento nos preços do petróleo, entretanto, os princípios da liberdade de comércio seriam conservados.

O Neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que passaria a vigorar na década de oitenta se estendendo até os dias de hoje. Essa doutrina nada mais é do que uma adaptação dos princípios do tradicional liberalismo econômico, do início do século, às condições do capitalismo moderno.

De acordo com o neoliberalismo, o mercado deve se ajustar naturalmente mediante o mecanismo de preços livres, os quais são determinados pela oferta e demanda dos produtos e serviços oferecidos pela e para a sociedade. No entanto, a participação do Estado dentro desse processo, atuando como órgão disciplinador, tornar-se-ia fundamental para garantir o funcionamento do sistema, pois os neoliberais, ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na autodisciplina do sistema. Dessa forma, caberia ao Estado, basicamente: assegurar as estabilidades monetária e financeira, para que o mecanismo de preços pudesse ser livre e expontâneo, além de manter a ordem econômica no intuito de lutar contra os excessos da livre concorrência.

2.3 OS PARADIGMAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ao longo dos anos em que se desenvolveu o comércio internacional, vários paradigmas serviram de respaldo teórico no intuito de tentar explicar o modo, sobre o qual, esse comércio funcionava na prática.

Diante da ótica Mercantilista, o comércio internacional realizado entre dois países resultaria, necessariamente, na perda de um em detrimento do ganho de outro, ou seja, segundo essa ótica, era impossível o benefício mútuo dos dois países envolvidos na negociação. Ainda de acordo com o princípio Mercantilista “ a atração do comércio estava na oportunidade que ele oferecia de se obter um excedente na balança de pagamentos ” (Willianson,1989, p.19). Através das exportações é que o país conseguia os benefícios do comércio pois estas propiciavam : o estímulo a indústria e o acúmulo de metais preciosos oriundos da mesma. Logicamente as importações eram, segundo tal ótica, maléficas ao

país que as efetuassem à medida em que : concorriam com os produtos da indústria nacional e diminuiam a quantidade de metais preciosos em função da compra efetivada. Para haver comércio seriam necessários dois países; um exportador e outro importador. Ao exportador caberia os benefícios da exportação; já ao importador, este arcaria com os prejuízos da importação.

Posteriormente, Adam Smith apresentaria uma teoria sobre o comércio internacional, na qual o mesmo poderia ser benéfico para ambos países participantes, contrariando o aspecto da ótica mercantilista, cuja essência baseava-se na premissa de que apenas um país poderia ser beneficiado no comércio entre estes, nesse caso, o exportador. De acordo com o princípio das Vantagens Absolutas, e levando-se em conta que o objetivo do comércio é o aumento do consumo, em uma situação de comércio " ... se os dois países concentrassem sua produção no bem no qual tinham uma vantagem absoluta e o exportassem para o seu parceiro comercial, ambos poderiam consumir mais do que se recusassem a comerciar." (Willianson, 1989, p.20). Isso significa que os países poderiam oferecer produtos ou serviços específicos com custos menores em função de condições naturais favoráveis. Desse modo, os países deveriam se especializar na produção desses produtos vantajosos absolutamente, para se inserir no comércio internacional, o qual dessa forma, poderia ser benéfico para ambos.

David Ricardo, por sua vez, contestou o modelo das Vantagens Absolutas apresentado por Adam Smith . " ... não é a vantagem absoluta que determina a direção e a possibilidade de se beneficiar do comércio, mas a vantagem comparativa. "(Willianson, 1989, p.24). De acordo com Ricardo, um país deve considerar o produto que possuisse a maior produtividade dentre os demais produzidos internamente, ou seja, de uma forma relativa, e não absoluta como defendia Smith. Dessa forma, tentou demonstrar que um país poderia obter vantagens em importar produtos mesmo que pudesse produzi-los por um preço inferior, desde que sua vantagem, em comparação a outros produtos, fosse ainda maior.
Na sua Teoria das Vantagens Comparativas, David Ricardo não considerou um elemento fundamental para o êxito da mesma ; ou seja, a Lei dos Rendimentos Decrescentes. Em uma economia industrial, quanto maior for a produção de um determinado produto, maiores serão os rendimentos em função da economia de escala, na qual altera-se mais de um fator de produção e possibilita cada vez mais a diminuição dos custos. Entretanto,

tratando-se de uma economia agrícola, a Lei dos Rendimentos Decrescentes pode determinar a exclusão de países, que possuem economia desse tipo, do comércio internacional à medida em que esses países, a partir de um determinado momento, tendem passar a produzir com custos cada vez maiores, e, assim, impossibilitando a permanência destes no comércio.[1]

O Modelo H-O-S (Heckscher – Ohlin – Samuelson) viria a apresentar uma nova explicação para o funcionamento do comércio internacional após a análise ricardiana .

De acordo com o Modelo "A idéia básica é que os países diferem em seus estoques relativos dos diferentes fatores de produção e que estas diferentes ofertas de fatores influenciam os custos de produção de determinados bens" (Willianson, 1989). Dessa forma, poderia se extrair duas conclusões dessa idéia:

Os países iriam direcionar a sua produção de acordo com a sua dotação de fatores, ou seja, utilizariam os fatores produtivos que existiam em abundância, pois assim poderia produzir bens, relativamente, a custos baixos e exportá-los com vantagens comparativas dentro do comércio internacional .

O comércio internacional, naturalmente, seria mais intenso entre os países do norte (desenvolvidos) e os países do sul (subdesenvolvidos) devido à diferente dotação de fatores existente. Caberia aos países do norte a exportação de produtos intensivos em capital e aos países do sul a exportação de produtos intensivos em mão de obra, em função dos diferentes níveis de desenvolvimento entre estes.

Entretanto, a explicação apresentada pelo Modelo H-O-S, não condizia com a realidade do momento, pois o comércio internacional era mais intenso entre os países do norte. Além disso um outro fato iria contribuir para enfraquecer a concepção sobre o comércio internacional do modelo em questão. Vassíli Leontief, economista russo radicado nos E.U.A concluiu que o mesmo, entretanto, era um importador potencial em bens intensivos

[1] Lei dos Rendimentos Decrescentes. Pode ser explicada da seguinte forma : aumentando-se a quantidade de um fator variável, permanecendo fixa a quantidade dos demais fatores, a produção crescerá até certo ponto sob taxas crescentes, porém após esse ponto, crescerá sob taxas decrescentes culminando na queda da produtividade e aumento dos custos.

em capital, quando, segundo o modelo, deveria ser um importador potencial de mão de obra. Esse episódio ficou conhecido como o Paradoxo de Leontief.

Staffan Linder, Economista e político sueco, divergiu do Modelo H-O-S enfatizando o fundamental papel da demanda dentro do comércio internacional.

Linder considerava que a demanda de um país era determinada pelo seu nível de renda per capita e que, dessa forma, como o comércio internacional era mais intenso entre os países do norte, o mesmo também seria mais intenso entre países que possuíssem demandas semelhantes e, consequentemente, rendas per capitas semelhantes.

As exportações, segundo Linder, seriam oriundas do excedente da demanda doméstica. A produção, inicialmente, é planejada de forma a atender o mercado interno, posteriormente, o excedente da produção seria destinado ao mercado externo, e assim, culminando no comércio internacional.

Linder justifica o fato de que a produção seria inicialmente destinada ao mercado interno, enfocando que o produtor seria incapaz de identificar e perceber as características do mercado de outro país, a ponto de adaptar a sua produção às necessidades daquele. Em última instância, isso só poderia ser feito com um aumento substancial de custos.

Finalmente, Raymond Vernon utilizou a teoria do ciclo do produto para analisar o comportamento do comércio internacional.

De acordo com Vernon, as economias mais avançadas, as quais caracterizam-se por possuírem constantes inovações tecnológicas, altos investimentos em P&D, (pesquisa e desenvolvimento) demanda qualificada e altos níveis de renda, seriam pioneiras em desenvolver novos produtos. Inicialmente, as empresas do país em questão, tentam assegurar o monopólio da tecnologia específica durante o maior tempo possível. Nesse período, essas empresas permanecem estabelecidas em seu país de origem e o produto atende a sua demanda interna. No segundo momento, as empresas começarão a exportar o seu produto, principalmente para os países periféricos(subdesenvolvidos) . E finalmente, não só exportarão produtos como também investimentos e, dessa forma, obrigando essas

empresas (multinacionais) a se instalarem nesses países subdesenvolvidos em busca de vantagens competitivas como mão de obra barata, incentivos fiscais, fácil acesso a matérias-primas dentre outros.

A teoria do ciclo do produto de Vernon, viria a compreender o Paradoxo de Leontief, pois de acordo com a teoria, os países mais desenvolvidos iriam importar bens intensivos em capital em maior teor do que produtos intensivos em mão de obra, do que os países subdesenvolvidos.

Assim, foram apresentados de forma sumária, os diversos paradigmas que guiaram o comércio internacional ao longo do tempo

3 O BRASIL E O COMÉRCIO EXTERIOR

3.1 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

3.1.1 Contexto histórico

Até o início do século XIX, o Brasil não possuiu comércio exterior autônomo e legal, decorrente da sua situação de colônia frente a Portugal. De acordo com a lei vigente na época, qualquer mercadoria com destino ao Brasil ou dele oriunda teria que ser efetuado através de Lisboa. Como a costa brasileira era imensa, era difícil evitar o comércio ilegal, ou seja, o contrabando. Tomamos como exemplo, o contrabando do pau-brasil diretamente da Bahia para a França.

Com a invasão napoleônica de Portugal em 1807 pelas tropas francesas, o Rei D. João, sua família real e a nobreza administrativa trataram de fugir para o Brasil. Ao chegar em terras brasileiras, D. João tratou de promover Salvador a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Posteriormente, a Corte portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro e várias medidas foram tomadas no objetivo de legalizar e executar o comércio exterior brasileiro. Dentre estas, as mais significativas foram :

- abertura dos portos brasileiros ao comércio externo, sendo a Inglaterra a grande beneficiada;

- assinatura do Tratado de Amizade e Aliança com a Inglaterra

- assinatura do Tratado de Comércio e Navegação subscrito pelo Ministro plenipotenciário da Inglaterra e o Príncipe –Regente D. João por parte de Portugal.

Com a independência do Brasil em 1822, o mesmo passaria a ter autonomia no comércio exterior, entretanto, essa suposta autonomia só viria anos mais tarde, pois quase a totalidade das empresas comerciais do Brasil eram de posse de empresários portugueses.
Ao longo de sua história, o Brasil sempre apresentou ciclos bem definidos na sua economia como: da borracha, do açúcar, do pau-brasil, do diamante, do , algodão, do café, dentre

outros. Porém a submissão do Brasil em relação a Portugal como sua colônia, fazia com que, qualquer tipo de comércio, fosse controlado e administrado pela metrópole e, dessa forma, a liberdade econômica do Brasil ficou comprometida desde então até os dias atuais.

Durante sua fase monárquica, o comércio exterior do Brasil foi caracterizado pela efetiva e significativa participação do café na sua pauta de exportações do período, com destaque para o estado do Rio de Janeiro que, no início do século, chegou a responder por quase 80% da produção brasileira.

Por volta de 1930, o Brasil ocupou o posto de 1º produtor mundial de café, o qual em 1837/38 representou 53,2% das exportações globais brasileira.

TABELA 1 - Composição Relativa das Exportações Brasileiras no período (%)

Anos	Café	Borracha	Açúcar	Cacau	Algodão	Couros e Peles	Fumo	Mate
1821-1830	18,4	0,1	30,1	0,5	20,6	13,6	2,5	-
1831-1840	43,4	0,3	24	0,6	10,8	7,9	1,9	0,5
1841-1850	41,4	0,4	26,7	1	7,5	8,5	1,8	0,9
1851-1860	48,8	2,3	21,2	1	6,2	7,2	2,6	1,6
1861-1870	45,5	3,1	12,3	0,9	18,3	6	3	1,2
1871-1880	56,6	5,5	11,8	1,2	9,5	5,6	3,4	1,5
1881-1890	61,5	8	9,9	1,6	4,2	3,2	2,7	1,2
1891-1900	64,5	15	6	1,5	2,7	2,4	2,2	1,3
1901-1910	51,3	28,2	1,2	2,8	2,1	4,3	2,4	2,9

Fonte: História Geral da Civilização Brasileira. Difel, São Paulo, Labatut, 1977, p. 199.

Além do café, outros produtos participavam das exportações brasileiras como pode ser identificado na tabela acima. Vale ressaltar que no ano de 1889 o Brasil alcançou o pico da sua produção de café atingindo 5.900.000 sacas de café de 60 kg o que correspondia a 56% da produção mundial.

Durante a época da República, a economia mundial passava por um período de recuperação, em função da crise de 1929 que assolou todo o mundo. Nesse contexto, a economia brasileira caminhava para um modelo de crescimento baseado nas exportações,

entretanto, algumas dificuldades eram previsíveis e inevitáveis para aquele intuito. “... sua exportação era de caráter extrativo e de limitada capacidade de expansão e foi incapaz de acompanhar o rápido aumento da demanda mundial, apesar do sistema econômico estar montado para esse tipo de comércio, ...”. (Labatut, 1994, p. 200) .

Neste período, o Brasil viria a sofrer um processo de expansão do seu mercado interno, em função do aumento da demanda interna. Vale ressaltar que a expansão do mercado interno dependia, basicamente, do êxito das exportações dos produtos primários brasileiros. O aumento da população brasileira nesse período, fez com que surgisse uma necessidade de se produzir no país o que não podia ser importado.

Ainda neste período, constatou-se um notável crescimento da produção industrial brasileira, mediante a utilização intensiva de equipamentos previamente instalados, e a importações de outros equipamentos, normalmente oriundos de indústrias americanas atingidas pela crise de 1929.

No período entre 1946 e 1974, as exportações, sobretudo de produtos primários e a rígida política restritiva de importações caracterizaram o comércio exterior do Brasil. Desse modo, foi estabelecido um programa de substituição de importações, o qual foi um notável fator de impulso ao desenvolvimento econômico da época.

Essa política de substituição de importações teve como resultado prático a alteração da composição das importações fazendo com que se tornasse mais evidente e efetiva a dependência externa de bens essenciais e de matérias-primas para o funcionamento das indústrias nacionais. Em outro âmbito, não gerou receita compensatória de exportação em função da alta absorção da produção industrial pelo mercado interno em crescimento.

No ano de 1951, o Brasil bateu o seu recorde de exportação, o qual foi no valor de US$ 1,768 bilhão. Entretanto, a receita gerada das exportações, foram, basicamente, gastas com bens supérfluos como: brinquedos, artigos plásticos, dentre outros. O excesso de compras referido foi tamanho que toda receita obtida das exportações foi insuficiente para liquidar o saldo das importações que foi na ordem de US$1,987 bilhão.

Durante o período que compreende meados da década de cinqüenta até meados da década de sessenta, as exportações brasileiras não oscilaram muito, ficando sempre entre US$1 e 1,5 bilhão. Em decorrência do país não possuir uma estrutura industrial efetiva, a economia brasileira permanecia estagnada, ou seja, não havia mudança em seus pilares. O PIB (Produto Interno Bruto) encontrava–se pouco acima dos US$10 bilhões, o valor da produção crescia a taxas reduzidas e a maioria da população era subempregada.

Dentro desse contexto, a situação econômica brasileira era caótica e insustentável e por isso, requeria soluções. Dessa forma, o governo brasileiro optou pelo desenvolvimento acelerado e, para isso, precisou romper com os antigos pilares da economia e estabelecer novas diretrizes, dentre as quais:

- exportar tudo, mesmo a preços baixos

- incentivar os investimentos internos e externos ; e

- estimular a poupança

Sendo assim, a partir de 1965, a política de comércio exterior do Brasil foi profundamente modificada, principalmente no setor exportador, graças a uma série de medidas como : simplificação da burocracia, apoio creditício, eficiente política fiscal e cambial, além de intensa campanha educativa e promocional.

Os resultados das medidas mencionadas seriam satisfatórios pois em 1976, as exportações brasileiras seriam na ordem de US$10 bilhões, em 1977 US12 bilhões e em 1980 a cifra de US$ 20,19 bilhões.

Com o desenvolvimento da indústria brasileira, houve uma sensível mudança no modelo de comércio exterior do Brasil. Os produtos básicos e matérias-primas passariam a ser produzidos internamente na sua maioria. As importações brasileiras no período tiveram a incumbência de atender as necessidades de desenvolvimento da economia do país além de promover a implantação de um parque manufatureiro capaz de concorrer no mercado externo.

Em função, principalmente, da assiduidade com que honrava os seus compromissos e acordos internacionais, o Brasil alcançou uma posição digna e respeitada dentro do cenário econômico mundial.

A crise do petróleo no início da década de 70, influiu negativamente no desenvolvimento econômico brasileiro pois o aumento do preço do petróleo refletiu, basicamente, nos preços de todos os outros produtos e também nos custos de transporte, e assim encarecendo as suas importações. Ocorreu então, um desequilíbrio na balança comercial brasileira a partir de 1974, queimando boa parte de suas reservas e gerando déficits no seu balanço de pagamentos. Dessa forma, coube ao governo brasileiro assim, aplicar uma série de medidas para amenizar as compras externas nos limites suportáveis da receita brasileira, até que a situação voltasse a se normalizar.

TABELA 2 - Evolução do Comércio Externo Brasileiro no período USS 1.000 FOB

Discriminação	**1967**	**1968**	**1969**	**1970**	**1971**	**1972**	**1973**	**1974**
Exportação	1654	1881,3	2311,2	2738,9	2903,8	3991,2	6199,2	7951
Produtos básicos	1302,4	1491,7	1796,2	2049,2	2988,3	2724,6	4029,7	4576,7
Café cru, em grãos	704,5	774,5	813	939,3	772,5	989,2	1244,3	864,4
Minério de ferro	102,8	104,4	147,4	209,6	237,6	231,7	362,8	571,1
Açúcar	80,4	101,6	115	126,5	146,6	314,1	454,9	978,3
Algodão em ramo	90,8	130,8	196	154,4	137,2	188,6	218	90,9
Outros	323,7	380,4	524,8	619,4	694,7	1001	1749,7	2072
Produtos industrializados	342,9	380,9	495	665	821,8	1221,7	2008,3	3179,7

Semimanufaturados	147	178	210,8	249	240,5	319	574	917
Manufaturados	195	202,5	204,2	416	581,3	911,7	1434,3	2262,7
Outros	8,7	9,1	20	24,7	93,6	44,7	161,2	194,6
Importação	1441,3	1855,1	1993,2	2506,9	3250,1	4235,2	6192,2	12635,2
Animais vivos e produtos do reino	0	0	0	0	0	0	0	0
Animal e vegetal	281,3	290,1	263,9	259,9	283,6	283,9	622,5	866,8
Trigo	153,2	153,7	134,8	103,9	107,7	0	0	0
Outros	128,1	136,4	129,1	156	175,9	25,4	43,8	78,1
Produtos das indústrias alimentícias;	0	0	0	0	0	0	0	0
Bebidas alcoólicas e vinagre, fumo ou tabaco	8,7	13,2	8,4	11,8	15,3	19,7	32	57,8
Produtos minerais	194	256,5	260	301,1	405,7	506,2	822,7	3109
Petróleo	111,4	137,9	147,5	173,6	250,6	469,3	769,4	2958,8
Outros	82,6	118,6	112,5	127,5	155,1	36,9	53,3	150,2
Produtos das indústrias químicas	0	0	0	0	0	0	0	0
e conexas; bocharras natural e sintética	0	0	0	0	0	0	0	0
e suas manufaturas	225,1	311,8	311,9	430,1	525,1	829,2	1173,1	2437,7
Matérias têxteis e suas manufaturas	10,7	29,9	24,3	39	57	66	93,6	189,2
Metais comuns e suas manufaturas	173,7	201,6	257,8	330	428,4	460	824,2	2198,8
Máquinas e aparelhos; material	0	0	0	0	0	0	0	0
Elétrico; material de transporte	437,7	603,9	712,3	907,8	1251,6	1735,8	2142,5	3114,2
Outros	110,1	148,1	154,6	227,2	283,4	309	437,8	583,6
Saldo	212,7	26,2	318	232	-346,3	-244	7	-4684,2

Fonte: CACEX., Labatut, 1977, p.5.

3.1.2 O Comércio Exterior do Brasil após 1974

Nessa fase o Brasil deparou-se com grandes desafios econômicos em função, principalmente, do aumento do preço do petróleo, notificado no início da década. Dentre esses desafios pode-se destacar :

1) Como equilibrar a balança cambial diante de um mercado mundial em retração e assim, inviabilizando um suposto aumento das exportações?

2) Teria o Brasil condições de produzir suas necessidades deixando assim de exportar?
3) Como retomar o seu desenvolvimento global?
4) E as necessidades energéticas para daqui a 30 anos fundamentais para esse desenvolvimento? Como obtê-las? .

O desequilíbrio das contas externas do Brasil se estendeu, praticamente por toda a década de 70, e dessa forma a balança comercial brasileira nesse período, sempre apresentou um saldo negativo.

A situação brasileira no final da década de 70 e início da década de 80 era a seguinte:

- profundas alterações no cenário internacional e maior evidência da vulnerabilidade externa da economia brasileira;

- desequilíbrio externo (choques de oferta);

- processo de aceleração inflacionária;

- Dessa forma a política econômica da época, visava, principalmente, a atenuação do déficit externo, porém sem êxito.

Adiante, a análise se estenderá por períodos mais recentes.

3.2 ORGÃOS ATUANTES NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Dentre os órgãos que atuam no comércio exterior brasileiro, pode-se destacar :

3.2.1 O Conselho Monetário Nacional (CMN)

O Conselho Monetário Nacional foi instituído em 31 de dezembro de 1964 pela Lei n – 4.595. Funciona como a entidade superior do sistema financeiro brasileiro. Ë composto atualmente pelo Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento e

Orçamento e pelo Presidente do Banco Central. Corresponde a um órgão normativo e não executivo. Responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como todo e qualquer processo que envolva assuntos relacionados a políticas de investimento, de capital estrangeiro e de comércio exterior. Pode-se citar outras funções específicas do C.M.N como:

- Autorizar a emissão de papel-moeda

- Aprovações de orçamentos monetários

- Limitação das taxas de juros

- Descontos e comissões

- Disciplina do crédito

3.2.2 O Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil é uma Autarquia Federal criada também pela Lei n- 4.595 de 31 de dezembro de 1964, para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro do país e com a tarefa de cumprir as disposições e normas, inerentes ao sistema, expedidas pelo C.M.N. O Banco Central pode ser também entendido como o "banco dos bancos". Cabe ao Banco Central do Brasil, basicamente, as seguintes atribuições :

- Executar a política financeira do governo

- Emitir papel-moeda

- Autorizar o funcionamento de instituições financeiras

- Receber depósitos voluntários e compulsórios do sistema financeiro nacional

- Realizar as operações de compra e venda de títulos públicos federais

- Custodiar e administrar as reservas nacionais em ouro e moedas estrangeiras

- Controlar o crédito e o capital estrangeiro

- Representar o governo brasileiro mediante os organismos financeiros internacionais

3.2.3 SISBACEN

O SISBACEN – Sistema Integrado de Registro das Operações de Câmbio - consiste em um eficiente banco de dados, munido de informações essenciais para o processamento cambial brasileiro. Desse modo, o SISBACEN foi criado no intuito de dotar o Banco Central do Brasil de informações no mercado de câmbio. De uma forma mais específica, viabiliza ao Banco central, informações significativas para :

- acompanhamento das tendências do mercado de câmbio

- obter informações precisas para a elaboração e controle de uma política cambial eficiente

- registro de dados referentes ao balanço de pagamentos e endividamento externo do país.

3.2.4 SISCOMEX

O SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior – representa uma nova estrutura administrativa para o comércio exterior brasileiro, no que tange, basicamente, ao acompanhamento e controle das operações de importação e exportação do país. Desempenha um papel fundamental na participação do Brasil no comércio internacional diante da nova ordem econômica mundial, baseada no processo de globalização da economia.(este assunto será abordado com mais detalhes posteriormente).

3.3 A ECONOMIA BRASILEIRA DENTRO DO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A economia mundial passou por profundas e significativas transformações ao longo dos anos 80. Uma nova etapa caracterizada por um avanço tecnológico substancial e grande acumulação financeira de capitais implicou em uma nova estrutura da ordem econômica mundial. Dentro desse novo contexto, cabe analisar de que forma a economia brasileira se insere nesse novo processo.

3.3.1 O Fenômeno da Globalização

Segundo Luciano Coutinho, a globalização pode ser entendida "... enquanto estágio mais avançado da internacionalização e da integração da economia mundial capitalista ...". O desenvolvimento significativo da telemática foi fundamental para a integração da economia capitalista mundial, pois permitiu que se formasse uma rede, na qual todas as informações, referentes as economias de todos os países, estivessem disponíveis. Desse modo, os investidores internacionais teriam como analisar os melhores lugares para a aplicação de seus investimentos, levando-se em conta a magnitude dos lucros, riscos e custos.

As principais transformações que caracterizaram esse processo, podem ser resumidas da seguinte forma:

- Aceleração significativa e desigual dos padrões tecnológicos entre as economias centrais;

- Difusão desigual da revolução tecnológica, culminando em desequilíbrios comerciais e de balanço de pagamentos entre os diversos os países;

- Reorganização dos padrões de gestão e produção;

- Aumento substancial do número de oligopólios globais, dos fluxos de capital e da interpenetração patrimonial;

- Ausência de um padrão monetário mundial estável.

Em suma, essas são as novas circunstâncias, sobre as quais se apoia o novo contexto da economia mundial. Diante disso, cabe analisar como a economia brasileira se encaixou

nessa nova ordem. Neste momento será feita uma abordagem superficial. Posteriormente, no capítulo seguinte, será aprofundada a análise, inclusive com o estudo do Plano Real, o qual corresponde a uma nova tendência da economia brasileira.

3.3.2 A Economia Brasileira e a Globalização

A economia brasileira foi introduzida efetivamente no contexto da nova ordem econômica mundial a partir da sua abertura comercial iniciada em 1991 e realmente consolidada a partir da implantação do Plano Real em meados de 1993 .

A conjuntura econômica brasileira da época, oriunda do processo de liberalização da economia se baseou nas seguintes premissas:

- significativo aumento da importação de bens duráveis de consumo;

- aumento substancial da importação de bens de capital;

- notável crescimento nas importações de bens finais de consumo não duráveis;

A combinação desses fatores desencandeou um deslocamento para cima da função-importação de tal magnitude que o coeficiente de importações sobre o PIB avançou de 4,5% para quase 10% em meados de 95, sem que houvesse uma contrapartida do setor de exportações, o qual, anteriormente, obtinha um superávit comercial de 2% do PIB que viria a se reduzir praticamente para 0,5%, caracterizando, segundo Luciano Coutinho, “ ... uma inegável fragilização da posição comercial brasileira em face da globalização.”

O desempenho negativo do saldo comercial brasileiro, observado após o processo de abertura comercial, viria a evidenciar a deficiente estrutura industrial e competitiva brasileira, a qual se apoiava em setores produtores de commodities, de grandes escalas de produção, intensivos em matérias-primas de base agrícola com grau relativamente baixo de transformação industrial. Do outro lado, a política cambial adotada na maior parte desse período com o câmbio sobrevalorizado, contribuiu de forma fundamental para incrementar

o déficit comercial, haja vista que os produtos exportáveis tornavam-se mais caros no mercado internacional e os produtos importáveis mais baratos.

Os blocos comerciais que viriam a surgir como : o Mercado Comum Europeu, NAFTA e MERCOSUL, são frutos do crescente processo de centralização e concentração do capital, que por sua vez, requer a extinção de barreiras comerciais entre os países para o livre passeio do capital. O processo de globalização contribui para a perda da soberania nacional das nações, no que tange às suas decisões econômicas, junto a organismos internacionais como o F.M.I, Banco Mundial, e a Organização Mundial do Comércio (O.M.C), esta que assume um papel de delineadora dos rumos e condições do comércio internacional. (Mercadante, p. 133).

A O.M.C determina as regras de comércio internacional, baseada nos princípios neoliberais, o que implica na maior dependência das nações em desenvolvimento frente as grandes potências. Segundo Aloízio Mercadante, ... " A imposição da agenda neoliberal, vulnerabiliza as economias subdesenvolvidas frente ao capital financeiro e ao comércio internacional sendo incapaz de assegurar uma trajetória de crescimento duradouro."

4 O PLANO REAL

4.1 A IMPLANTAÇÃO

A década de 80 ficou consagrada nacionalmente como a “década perdida” no que tange ao desempenho da economia brasileira nesse período. O Brasil passou por uma profunda crise, na qual houve a interrupção da sua trajetória de crescimento iniciada nos anos 50 a partir de um modelo econômico baseado no processo de industrialização por substituição de importações.

De 1985 até então, todos os esforços eram unidos no intuito de combater a inflação. Sendo assim, vários planos econômicos visaram esse objetivo, porém sem êxito. Essa fase da economia brasileira foi marcada, basicamente, por:

- grandes oscilações nas taxas de inflação e de crescimento econômico;

- completa deterioração das contas públicas;

Sendo assim, após o fracasso de planos econômicos anteriores, como : Cruzado, Bresser, Collor, dentre outros, no combate a inflação, surge o Plano Real.

No ano de 1994, a economia brasileira passou por grandes transformações decorrentes da implantação do Plano de Estabilização Econômica, o Plano Real, o qual foi lançado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e constou de três fases para a sua efetivação. Até então, a economia brasileira, como foi abordado, caracterizava-se, principalmente, por possuir altos índices inflacionários e um elevado déficit público

Na primeira fase do plano, o governo se preocupou em atacar o déficit público, o qual era um dos principais causadores da inflação. Para isso, no mês de fevereiro do ano de 1994, o Congresso Nacional aprovou a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que iria se estender até o final de 1995, com o intuito de aumentar a receita tributária e tender ao equilíbrio fiscal, através do aumento da alíquota sobre a Contribuição Social sobre o Lucro

Líquido (CSLL) das instituições financeiras e liberação de 20% das receitas governamentais legalmente vinculadas.

Já a Segunda fase do plano, caracterizou-se pela criação da Unidade Real de Valor (URV), a qual seria um indexador de todos os preços da economia e, dessa forma, eliminando as distorções nos preços relativos.

Finalmente, na terceira e última fase do plano, ocorreu a reforma monetária através da introdução da nova moeda; o Real. A cotação da nova moeda foi definida com base na URV de 30 de junho de 1994 que eqüivalia CR$ 2.750,00. Sendo assim, foi determinada a paridade entre as unidades monetárias da seguinte forma : 1URV = CR$ 2.750,00 = 1 Real. A condução do Plano Real procurava evitar os efeitos negativos inerentes a planos econômicos anteriores, nos quais, houve uma grande expansão do crédito e da demanda, decorrente da queda significativa da inflação. Para isso, adotou-se uma política de taxas de juros reais elevadas. Ampliaram-se os depósitos compulsórios junto ao BACEN, tanto para os depósitos a vista como para os depósitos a prazo das instituições financeiras, para os quais se instituiu uma taxa de recolhimento de 100% sobre os depósitos marginais. Desse modo, tinha –se como objetivo : o controle dos meios de pagamento, contenção da expansão do crédito, e manutenção das taxas de juros altas; justamente para evitar um superaquecimento da demanda e a remonetização da economia.

O Plano Real, diferencia-se dos planos econômicos anteriores, sobretudo, pelas condições, sobre as quais foi introduzido. Destaca-se, principalmente, o fato de, na época de sua implantação, houve a renegociação da dívida externa e transformações no sistema financeiro, os quais viabilizaram a volta do país ao fluxo voluntário de recursos externos, levando a um acúmulo de reservas no montante de US$ 40 bilhões, fator fundamental para a garantia monetária do plano.

4.2 MODELO EXPLICATIVO

A base teórica macroeconômica, sobre a qual se apoia o Plano Real, é baseada e sustentada pelo modelo IS-LM de Hicks e pelo BP de Mundell-Fleming, os quais podem ser integrados em um só modelo macroeconômico da seguinte forma:

IS: $Y = f_1(G, r, X_L)$

LM: $r = f_2(Om / P, Y)$

BP: $TC + TK = X_L + K = f_3(Y,K) + f_4(r, X_{LO}, R)$

Sendo, Y = Nível de equilíbrio da atividade econômica;

G = Gasto governamental;

r = Taxa de juros de equilíbrio;

$X_L = (X-M)$ = Exportação líquida de equilíbrio;

Om = Oferta real de moeda;

P = Preço interno;

TC = Transações Correntes;

TK = Transações de Capital;

K = R$ / US$ = Taxa nominal de câmbio de equilíbrio;

R = Reservas cambiais;

k = K(P* / P) = Taxa de câmbio real; (agrupar)

As variáveis dependentes Y e r do modelo IS-LM e XL e K, do modelo BP, dependem da magnitude dos gastos governamentais e da regulação da oferta monetária, do câmbio e do estoque de reservas cambiais. Faz-se necessário uma análise das relações matemáticas entre as diversas variáveis referidas e suas implicações na atividade econômica, na taxa de juros e no balanço de pagamentos.

IS: $dY / dG = dY / dX L > 0$, $dY / dr < 0$

LM: $dr / dOm < 0$, $dr / dY > 0$

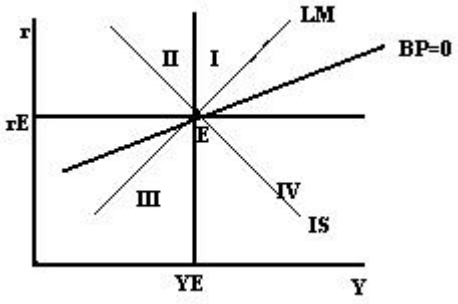
BP: $dXL / dY < 0$, $dXL / dK > 0$, $dK / dr > 0$, $dK / dXL > 0$, $dK / dR < 0$

Constata-se que as variáveis independentes G, XL, e r implicam diretamente na variação da renda (Y), ou seja, no mercado de produtos representado pela curva IS. Já no mercado monetário, representado pela curva LM, as variáveis Om e Y incidem no comportamento de r. E no que tange ao setor externo da economia, representado pela curva BP, a variável dependente XL representa o saldo da conta de transações correntes e varia com a alteração

das variáveis Y e K. Quando K aumenta, implica em uma desvalorização cambial que faz aumentar XL. O saldo de transações de capital configurado em K como uma variável dependente, varia de acordo com as variáveis r e XLo, através do mercado de câmbio. Quando r e XLo aumentam, eleva-se a demanda de moeda pressionando K para cima.

O gráfico a seguir exemplifica uma atividade monetária e real e do balanço de pagamentos. Acima da reta do balanço de pagamentos, caracteriza-se uma situação de superávit, logo, abaixo da mesma reta, encontra-se uma situação de déficit.

O ponto E, por sua vez, significa uma situação de equilíbrio no mercado monetário, no mercado de produtos e no setor externo da economia.



4.3 ADMINISTRAÇÃO

4.3.1 A Taxa de Juros e o Real

A taxa de juros exerce um papel de destaque na condução do Plano real, pois a taxa de juros nacional é responsável pela atratividade de capital estrangeiro, o qual migra para os países que apresentam maiores possibilidades de lucros, seja através do investimento direto, ou através de investimentos especulativos. Quanto maior o montante de capital estrangeiro em um país, maior será o seu volume de reservas internacionais. A taxa de juros age como um sinalizador para o investimento. Por outro lado, a taxa de juros interna

também incide sobre o montante da dívida pública. Quanto maior a taxa de juros, maiores serão os juros que incidirão sobre a dívida pública.

4.3.2 A Taxa de Câmbio e o Plano Real

A taxa de câmbio, por sua vez, exerce um papel fundamental dentro do processo de estabilização econômica do Plano Real, haja vista que o Real foi introduzido com paridade fixa em relação ao dólar americano, resultando assim numa considerável apreciação da nova moeda brasileira mediante o mercado internacional .

Do ponto de vista interno, a então estabilidade da moeda tinha como um dos principais objetivos eliminar os altos índices inflacionários que caracterizavam a economia brasileira desde a década de 80. Dessa forma, o plano obteve o êxito de diminuir bruscamente a inflação fazendo com que o mesmo ganhasse apoio político e popular.

Entretanto, a apreciação da moeda local surtiu também efeitos colaterais para a política econômica, a partir do momento em que o Banco Central anunciou que venderia o dólar ao preço de R$ 1,00, mas a taxa de compra seria flutuante e livre no mercado. Essa taxa, pela qual os exportadores vendem seus dólares, estabeleceria a relação de R$0,91 por dólar em julho de 1994 e R$ 0,84 em novembro do mesmo ano, forçando o governo estabelecer o sistema de bandas cambiais, posteriormente, o qual funcionaria como limites inferior e superior de oscilação da cotação do dólar de acordo com o momento econômico.

Sendo assim, em um contexto com abertura comercial, valorização cambial e volume significativo de reservas, o resultado foi uma pressão intensa sobre os preços internos para que não subissem, e um estímulo significativo as importações fazendo com que em novembro do ano referido o Brasil passasse a apresentar déficits consideráveis em sua balança comercial.

TABELA 3 - Balança Comercial no início do Plano Real

Mês	Exportações	Importações	Saldo
Jul/94	3738	2535	1203

Ago/94	4282	2760	1522
Set/94	4162	2729	1433
Out/94	3842	3198	644
Nov/94	3706	4198	-492
Dez/94	3727	4611	-884
Jan/95	3981	3284	-303
Fev/95	2952	4047	-1095
Mar/95	3798	4734	-936
Abr/95	3394	3861	-467
Mai/95	4205	4895	-690
Jun/95	4120	4895	-775

Fonte: Conjuntura Econômica, 1996, p.234.

4.4 IMPACTOS

4.4.1 Balanço de Pagamentos

O Balanço de Pagamentos registra as transações de teor econômico financeiro realizadas por residentes de um país com residentes dos demais países. Na contabilização dessas transações, admite-se o princípio das partidas dobradas. Nesses registros, toda transação que se cria um direito constitui um crédito, logo toda transação que cria uma obrigação constitui um débito..

Quando um país possui um déficit em conta corrente, é sinal de que está gastando mais do que produzindo domesticamente. Como o Balanço de Pagamentos é um “jogo de soma zero”, nesse caso específico essa diferença deve ser compensada pela entrada de capital estrangeiro no país ou perda de reservas internacionais. O país acumula reservas internacionais quando o fluxo de capital estrangeiro que entra no país é maior que o déficit em conta corrente do mesmo. É nesse exemplo que se enquadra o Plano Real.

O Plano Real, ao ter sua base totalmente vinculada a âncora cambial sobrevalorizada, foi determinante para que houvesse um desequilíbrio externo fazendo com que o balanço de pagamentos passasse a ser financiado pela conta de capital através da entrada de capital estrangeiro, atraído pelas altas taxas de juros praticadas internamente, outra base do Plano.

Quando um país emergente financia o seu balanço de pagamentos através da sua conta de capital utilizando basicamente o câmbio sobrevalorizado e altas taxas internas de juros, esse país aumenta consideravelmente a sua vulnerabilidade externa e fica sujeito a crises cambiais, como foi o caso do México, Argentina, dentre outros.

No caso brasileiro, o impacto do Plano Real no balanço de pagamentos, como já foi dito, implicou na mudança da forma de seu financiamento, e como conseqüência disso, houve a deterioração significativa do mesmo. A economia brasileira está sujeita a um ataque especulativo da moeda pelos investidores internacionais, ainda com os recursos da privatização e das altas reservas cambiais disponíveis.

4.4.2 O O DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Um grande desequilíbrio nas contas do seu Balanço de Pagamentos, em função, principalmente, da escassez de recursos externos após a crise da dívida dos países latino-americanos em geral caracterizou a economia brasileira no início dos anos 80.

Diante desse contexto, o Brasil foi obrigado a adotar uma política de comércio exterior voltada, inclusive, para a obtenção de superávit em sua Balança Comercial, no intuito de tentar reequilibrar o Balanço de pagamentos. Sendo assim, em 1984, a Balança Comercial brasileira acumulou, pela primeira vez, um grande superávit de US$ 13 bilhões. Vale ressaltar que a dez anos, o Brasil registrou um déficit no seu Balanço de Pagamentos na ordem de US$ 4,7 bilhões.

Os superávits comerciais, persistiram durante toda a década de 80, entretanto, gerava-se uma discussão se os constantes superávits eram oriundos de uma estruturação do sistema produtivo nacional, ou, somente um reflexo de medidas de política econômica artificiais de contenção às importações e estímulo ás exportações.

A nova ordem econômica estabelecida pelo Plano Real influiu decisivamente no comportamento da Balança Comercial do Brasil. Como já foi discutido, a manutenção do câmbio sobrevalorizado, o ganho de renda em função da redução do imposto inflacionário , e o cenário de estabilidade econômica, implicou em um aumento substancial das

importações brasileiras e assim contribuindo para o processo de inversão da tendência superavitária da balança comercial brasileira que vigorava desde a década de 80.

O déficit da balança comercial brasileira constitui-se em um dos principais problemas na condução do Plano Real. Sem o superávit na balança comercial a conta de transações correntes do Balanço de Pagamentos permanece ainda mais deficitária, haja vista que a balança de serviços (a outra componente da conta de transações correntes), sempre apresentou um comportamento deficitário. Desse modo, surge a necessidade alarmante para a entrada de capital estrangeiro no país, com o objetivo de compensar o déficit em transações correntes com superávit na conta de capital.

Porém os instrumentos utilizados para atrair esse capital estrangeiro como: câmbio sobrevalorizado e altas taxas de juros, são altamente prejudiciais à política econômica interna, culminando em desemprego, desestímulo às exportações, e aumento da dívida interna Ademais, o déficit na balança comercial, compromete o pagamento de compromissos externos, incluindo a dívida externa brasileira.

Os efeitos desfavoráveis na balança comercial, de acordo com a equipe conjuntural da revista Conjuntura & Planejamento - SEI, poderiam ser evitados se não houvesse acontecido uma excessiva valorização da taxa de câmbio, combinado com uma política de liberalização de comércio exterior praticada até fevereiro de 95 com uma profunda redução das alíquotas de importação, além do forte aquecimento da demanda interna.

Ainda segundo a equipe de análise conjuntural, existem certas relações econômicas que não podem deixar de ser observadas, como a relação entre o comportamento da demanda agregada e a balança comercial. Quando a economia cresce rapidamente, o saldo comercial tende a ser afetado, tanto pelo aumento das importações quanto pela diminuição das exportações. Sendo assim, a equipe econômica adotou a manutenção da taxa de juros a níveis elevadíssimos para atrair capitais estrangeiros e equilibrar o Balanço de Pagamentos.

O argumento da elevação das taxas de juros, além de atrair o capital estrangeiro, seria conter o aquecimento excessivo da demanda, porém, ao mesmo tempo, como foi dito anteriormente, reduz a ampliação da capacidade produtiva pela retração do investimento

privado, e aumenta significativamente a dívida pública interna, pois esses juros incidem sobre a mesma. Na época em que a dívida interna do governo era na ordem de US$ 64 bilhões, os altos juros eram responsáveis por um acréscimo de US$ 3 bilhões ao mês sobre a dívida e assim, comprometendo seriamente o equilíbrio fiscal do governo.

4.5 INCERTEZAS E IMPASSES

Desde 1994, a economia brasileira vem sofrendo grandes transformações com a implantação do Plano Real. A estrutura ou modelo econômico sobre o qual se baseia o Plano, utilizou-se dos instrumentos principais taxa de juros e taxa de câmbio para alcançar o seu objetivo principal que era a queda da inflação a patamares baixíssimos.

O êxito do Plano Real, no que se refere a diminuição significativa da inflação, não pode servir como único referencial de análise do mesmo, haja vista que a política econômica estabelecida, foi bastante nociva a outros seguimentos da economia brasileira, principalmente ao crescimento econômico sustentado, dívida pública e setor externo.

Os preços alcançaram uma estabilidade, porém a economia como um todo não. Existe um clima de incerteza e desconfiança no que tange aos rumos da economia brasileira, desconfiança essa motivada ainda mais por um baixo crescimento da renda nacional nos últimos anos, além de uma situação de desemprego que assola todo o país.

A consolidação do Plano Real, provocou reais mudanças no rumo da economia do país. Isso pode ser observado na tabela a seguir, a qual evidencia o desempenho dos principais indicadores econômicos antes e depois da efetivação do Plano.

TABELA 4 -Principais Indicadores Econômicos antes e depois do Plano Real

Ano	Inflação	PIB Real % A.A	Tx. Juros Real % A.A	Desemp. Aberto % PEA	Desmp. Total % PEA	Déficit Fiscal % PIB	Déficit Externo % PIB	Invest. % PIB
1990	1476	-4,3	-4	4,3	10	-1,3	0,8	21,6
1991	480	0,3	13,4	4,8	11,6	-1,4	0,4	18,8
1992	1158	-0,8	30,9	6	14,9	2,2	-1,6	18,9
1993	2708	4,2	13,1	5,3	14,7	-0,2	0,2	19,2

Média	1455,5	-0,2	13,4	5,1	12,8	-0,2	-0,1	19,6
1994	26,5	6	23,7	5,1	14,3	-1,3	0,3	19,6
1995	14,8	4,2	31,6	4,6	13,2	4,8	2,5	19,2
1996	9,3	2,9	16	5,4	15	3,8	3,5	19,5
1997	7	3,5	12	5,5	16	3,5	4,5	20
Média	14,4	4,2	20,8	5,2	14,6	2,7	2,7	19,6

Fonte: BC, IBGE, Dieese e FGV.

Durante a crise financeira mundial ocorrida em 1997, tendo como centro inicial o mercado asiático, criou-se a expectativa de fuga de capitais especulativos dos mercados considerados de alto risco, sobre os quais se inclui o Brasil. Porém com a elevação da taxa de juro interna e uma rigorosa política de ajuste fiscal anunciada, o capital especulativo não saiu do Brasil nesse período, pois a rentabilidade propiciada pelo aumento de juros, de certa forma, compensava os riscos. Isso não significa que o Brasil tenha adquirido a confiança do investidor internacional, pois este, a qualquer sinal de desconfiança da política econômica brasileira, pode emigrar a qualquer momento.

A fragilidade externa do Brasil mediante o cenário financeiro e produtivo mundial é um dos principais responsáveis pela instabilidade do Plano Real. A opção por financiar o Balanço de Pagamentos via conta de capital positiva e conta corrente negativa, tornou a economia brasileira mais dependente ainda do mercado internacional e suas oscilações.

Além disso, alguns analistas econômicos, desde o início do Plano Real, vêm enfatizando sobre o enorme custo social que é manter o câmbio sobrevalorizado, dentre estes, menor crescimento econômico e absorção de mão de obra, (a longo prazo, desemprego), maior endividamento externo e maiores juros sobre a economia.

No que tange a taxa de câmbio, estabelecida na implantação do Plano, de acordo com o governo, não haveria problemas oriundos de uma suposta apreciação da moeda brasileira (Real), pois, mesmo se houvesse essa suposta apreciação, esta seria logo corrigida pelos ganhos de produtividade obtidos através da maior eficiência econômica e da abertura comercial.

Contudo, os constantes déficits da Balança Comercial brasileira, obrigaram ao governo a rever esse ponto de vista e concluir que a política de “deflação competitiva” não era a mais

adequada(Almonacid; Scrimini, 1999, p.120). Sendo assim, o governo optou por uma política de minidesvalorizações reais da moeda para tentar reequilibrar o câmbio. Porém, o estabelecimento dessa política requer um enorme custo (já constatado em 1978),haja vista que a existência de mecanismos reguladores entre os mercados financeiro interno e externo e a existência de movimentos de capitais, (fatores que fazem parte do atual cenário econômico mundial) transformam o juro da economia no mínimo igual ao que prevaleceria em uma condição de equilíbrio acrescido do valor acumulado das minidesvalorizações reais (Almonacid; Scrimini, 1999, p. 121), onerando ainda mais a economia.

A vulnerabilidade da economia brasileira no setor externo, se evidenciou ainda mais nos últimos anos. A crise do sudeste asiático e mais recentemente a crise da Rússia, provocou turbulências no Plano Real.

Em janeiro de 1999, com a queda das bolsas de valores em todo o mundo, iniciada em Hong Kong, se instalou uma crise de desconfiança financeira no mundo e no Brasil, como não podia deixar de ser diferente, houve uma fuga maciça de capitais especulativos, obrigando o Brasil a utilizar suas reservas internacionais para cobrir o rombo da sua conta de capital e, consequentemente, do seu Balanço de Pagamentos.

O fato também obrigou o governo a mudar a política cambial do país, haja vista que quase US$ 40 bilhões, saíram do país no período referido. Para tentar suportar essa fase e assegurar o Plano Real, o governo inicialmente aumentou os limites da banda cambial, posteriormente optou por deixar o câmbio flutuar livremente no mercado, com os juros em patamares elevadíssimos. A desvalorização do Real chegou a aproximadamente 60% e ainda com um contínuo processo de saída de capitais, e elevações de juros. Se por um lado o governo tentava garantir a estabilidade da economia perante o mercado internacional através da política de juros altos, por outro a economia brasileira sentia duramente o efeito oriundo dessa política, com aumento substancial das dívidas interna e externa

O Fundo Monetário Internacional (F.M.I) se achou na incumbência de traçar uma orientação para o Brasil sair da crise esta que se basearia em um rigoroso ajuste fiscal, com a criação de novos impostos e aumento das alíquotas, quando na verdade o problema do Brasil era com referência ao seu setor externo.

Diante desse contexto, a economia brasileira se encontra diante de um impasse. A política econômica do governo brasileiro, baseada na livre flutuação do câmbio e juros elevados, pode aliviar momentaneamente as pressões do mercado financeiro internacional, entretanto a médio e a longo prazo, essa política não surtirá os efeitos necessários ao equilíbrio. O Brasil deverá rever as bases da sua política econômica, no que tange, principalmente ao setor externo, criando condições para que possa se voltar a ter superávits na sua conta de transações correntes para se iniciar um processo de retomada do crescimento econômico (insignificante nos anos anteriores) e promover os ajustes necessários na economia.. Nesse caso o desempenho da Balança Comercial brasileira assume um papel fundamental nesse contexto.

A estratégia recomendada pelo FMI combinada com a política de juros altos, não trará soluções num espaço de tempo superior. Apenas “aliviará a dor mas não vai curar a ferida”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo econômico, no qual se baseia o Plano Real, ancorado nos altos patamares da taxa de juros interna para atrair capital estrangeiro e câmbio sobrevalorizado, resultou em transformações significativas na economia brasileira.

Se por um lado, o governo obteve êxito no que tange a redução considerável da inflação, por outro lançou a economia brasileira em uma posição de dependência extrema em relação ao mercado financeiro internacional e suas oscilações, assolou o seu crescimento, e assim a tornou mais vulnerável e dependente.

Vale ressaltar que a meta principal do Plano Real, a redução da inflação, era de fundamental importância para a sua consolidação, á medida em que isto lhe proporcionaria apoio político e popular.

A política econômica brasileira do Plano Real, baseada na combinação de juros altos e câmbio sobrevalorizado, vem causando a deterioração das cadeias produtivas de diversos setores da indústria nacional além do desestímulo ao investimento interno. Dessa forma, essa política contribui para um achatamento do setor exportador brasileiro, além do aumento da participação do capital estrangeiro no estoque de capital doméstico incorrendo no grave e atual problema do desequilíbrio externo.

Para defender a inflação a níveis relativamente baixos, o que representa o seu maior e talvez único sustentáculo, o governo não hesitará em manter a atual política econômica, cabendo à economia brasileira as consequências negativas dessa política como:

- baixo crescimento aquém da potencialidade econômica brasileira;

- baixo dinamismo das importações;

- queda nos níveis de produção efetiva;
- déficits na balança comercial;

- desequilíbrio das contas públicas e;

- incapacidade de estabilizar a relação dívida/PIB

A manutenção dessa política só vai agravar os problemas mencionados e a longo prazo, a situação tenderá a ficar insustentável, com a retração quase que total do mercado financeiro mundial ao Brasil em função da desconfiança dos rumos da economia brasileira, e assim, impossibilitando o equilíbrio do Balanço de Pagamentos via conta de capital.

Sendo assim, supõe-se que a saída da economia brasileira dessa "roleta russa" seja através do seu setor real, ou seja do seu setor produtivo, com a retomada do seu crescimento econômico mediante a reestruturação das suas cadeias produtivas e adoção de medidas econômicas que estimulem e recuperem o setor exportador brasileiro, aproveitando as suas potencialidades, incorrendo em superávits comerciais e saldo positivo da conta de transações correntes para equilibrar o Balanço de Pagamentos e diminuir, consideravelmente, a sua dependência junto ao capital estrangeiro.

Desse modo, a Balança Comercial brasileira assume uma notável representatividade em relação aos rumos da economia, constituindo-se em uma real alternativa para a mudança dos pilares da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMONACID, R.; SCRIMINI,G. O desequilíbrio externo e a taxa de câmbio. **Economia Aplicada**, Rio de Janeiro, v.3, n. especial, 1999.

AMADEO, Edwards; CAMARGO, José. Os desafios da política econômica. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-10, 19/05/1997.

BELLUZZO, L.G. Plano Real : do sucesso ao impasse**. Economia Aplicada**, Rio de Janeiro, v.3, n. especial,1999.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. jun. 1994/jul. 1997.

BRAGA, Mardem Miranda. **Análise do mercado de câmbio brasileiro após o Plano Real**. Salvador, 1997.

BRITO, Paulo Raimundo. **Política econômica brasileira contemporânea**. Salvador: Ed. Veritati, 1998.

CARVALHO, Gabriel J. de. Dólar ideal valeria de R$ 1,24 a R$ 1,66. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 nov. 1997.

COUTINHO, Luciano. **A fragilidade do Brasil em face da globalização.** In Renato Bauman (coordenador) O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FILGUEIRAS, Luiz. **Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século**. Texto mimeografado**.**

FREITAS, Carlos Eduardo. **Liberdade cambial no Brasil**. O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira** in Renato Bauman (coordenador) : o Brasil e a economia global. .Rio de Janeiro: Campus, 1996.

GIAMBIGI, Fábio. O paradoxo do Plano Real. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4 , 12 jun. 1997.

GREMAUD, Patrick; TONETO JR, Rudinei; VASCONCELLOS, Marco Antônio. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo : Atlas, 1996.

GUERRA, Oswaldo. Dois anos de Real e a questão cambial. Conjuntura & Planejamento, Salvador, SEI, mar. 1996.

GUERRA, Oswaldo. Três anos de Real e o desafio exportador. Conjuntura & Planejamento, Salvador, SEI, Ago. 1997.

LABATUT, Ênio. **Política de comércio exterior**. São Paulo : Aduaneiras, 1994.

LAMOUNIER, Bolívar. Aspectos políticos do Plano Real. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2 25 jun. 1997.

MENEZES, Vladson. Entre a balança e o termômetro. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, SEI, jun. 1995

MACAHIBA, Luiz. **A liberalização da economia e o balanço de pagamentos**. Rio de Janeiro: ANDIMA, Retrospectica/1995

MERCADANTE, Aloízio. Plano Real e neoliberalismo tardio.in Aloízio Mercadante (org) O Brasil Pós Real. A política econômica em debate. Campinas, Unicamp, I.E 1997

PRADO, Maria. Déficit procupa FMI, mas o Brasil cresce. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. B-7, 24 abr. 1997.

SACHS, Jeffrey; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia**. São Paulo : Makron Books, 1995.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia e Administração**. São Paulo: Best Seller, 1 1996.

WANDERLEY, Lívio; SANCHES Cristina. **O Plano Real e o (des)ajuste macroeconômico**. Texto mimeografado.

WILLIANSON, Jonh. Economia aberta e a economia mundial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ZINI JR, Álvaro. **Política econômica com liberdade ao câmbio.** In Renato Bauman coordenador): O Brasil e a economia global. Rio de janeiro : Campus, 1996.

ANEXOS

1. Balança de Pagamentos.

2. Exportações Brasileiras

3. Importações Brasileiras.

4. Balança Comercial.